

ARTIGO

Política Comercial Brasileira e o Mercado Internacional de Produtos Agrícolas

Mirian Beatriz Schneider
Braun^{*}
Nilson Maciel de Paula^{**}
Pery Francisco Assis Shikida^{***}

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns pontos relevantes da política comercial brasileira, destacando a inserção da agricultura no mercado internacional. Duas conclusões merecem atenção: primeira, as vantagens obtidas no mercado internacional dos produtos agrícolas industrializados são mormente determinadas pelas características da concorrência oligopolística, como diversificação e diferenciação, e por recentes arranjos institucionais (novos blocos econômicos). Segunda, diante do fato do Brasil estar exportando cada vez mais produtos semi manufaturados, o aumento da competitividade do setor agrícola passa necessariamente pelo aumento da competitividade do setor industrial do país.

Palavras-chaves: comércio internacional, Brasil, agricultura.

Introdução

A conformação do mercado mundial de produtos agrícolas tem mudado muito nas últimas décadas com o aumento de produtos industrializados, com os novos arranjos institucionais, e com as grandes alterações na demanda por alimentos. Entre países, os fluxos de comércio também apresentaram sensíveis transformações, ocorrendo um aumento da participação dos países desenvolvidos no comércio agrícola e um aumento das exportações dos mesmos para os países subdesenvolvidos. Enquanto isso, a participação da América Latina, por exemplo, vem apresentando um decréscimo no volume de exportações mundiais.

^{*} Professora Assistente da Universidade Paranaense (UNIPAR), Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Av. Parigot de Souza, 3636 - Toledo (PR). Tel: +45 277-3162; CEP: 85900-000

^{**} Professor Titular da UFPR, Doutor em Economia Agrícola.

^{***} Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP. Rua da Faculdade, 2550 - Toledo (PR) - Tel: +45 252-3553; CEP: 85903-000. E-mail: pfashiki@unioeste.br

Este trabalho baseia-se fundamentalmente em BRAUN (1998), cuja orientação coube ao 1º co-autor deste artigo.

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns pontos relevantes da política comercial brasileira e da inserção da agricultura no mercado internacional

Ainda como exemplos das mudanças ocorridas no mercado mundial podem ser destacadas: as políticas agrícolas dos países desenvolvidos possibilitaram aumentar o grau de abastecimento destes; aumentaram os arranjos restritivos à comercialização, quase sempre baseados em proteção à agricultura interna (vide o caso da Comunidade Econômica Européia – CEE); as mudanças provocadas pela industrialização destes produtos, agora não mais consumidos apenas em sua forma *in natura*, mas também industrializada.

Para os países em desenvolvimento, que têm nas exportações agrícolas maiores oportunidades de divisas, manter sua posição no mercado tem sido cada vez mais difícil. Neste contexto, o papel desempenhado pela política comercial não pode ser subestimado. De igual forma, as medidas adotadas pelo governo visando proteger determinados setores (especificamente a indústria), estabilizar a economia, dentre outros objetivos macroeconômicos, têm exercido influências diretas sobre o padrão de desenvolvimento da agricultura nacional.

No Brasil, várias opções de política comercial foram usadas ao longo das últimas décadas, ora com orientação mais aberta, ora mais fechada, destacando-se o contingenciamento de importações e exportações, restrições tarifárias e política cambial. A diretriz dessas políticas variou conforme alternavam os objetivos de política econômica interna (ABREU & LOYO, 1994; BAER, 1996).

Considerando o contexto em que se encontra inserida a agricultura brasileira, este trabalho tem como objetivo analisar, à guisa de uma estatística descritiva e de uma revisão de literatura, alguns pontos relevantes da política comercial brasileira e da inserção da agricultura no mercado internacional. Assim, a primeira parte se constituirá numa breve análise da evolução da balança comercial agrícola no Brasil, partindo de um período de crise internacional do comércio (anos 70), para um de maior abertura (anos 90). A parte seguinte especifica importantes aspectos da balança comercial agrícola do Brasil por categorias de produtos. As considerações finais procuram sumariar o presente trabalho.

1. Evolução da Balança Comercial Agrícola do Brasil

Com a crise do comércio internacional que ocorreu nos anos 70, em que vários países passaram a adotar medidas protecionistas¹, principalmente em relação aos mercados agrícolas, o aumento das exportações de produtos manufaturados tornou-se mais viável uma vez que estes produtos permitem mais facilmente burlar (através de diferenciação) os obstácu-

¹Sobre os fundamentos dos interesses liberais e protecionistas no comércio agrícola mundial, ver: ABREU & LOYO (1994), HAHN (1992 e 1993), HOWARTH (1988) e FRIEDMAN (1982).

los impostos pelos acordos de restrições voluntárias às exportações que permearam toda a década de 70 e mesmo os anos 80.

Outro fator que levou à diminuição da participação das exportações agrícolas foi a política comercial nacional adotada a partir daquele período, que tinha o claro objetivo de buscar a modernização do parque industrial doméstico. Os impostos sobre exportações de produtos manufaturados foram diminuídos ou eliminados. No entanto, o mesmo não aconteceu com os produtos agrícolas, sujeitos à meta mais importante da industrialização.

Para compensar os efeitos negativos da política de incentivo ao processo de industrialização, e garantir o aumento da produção de alimentos, de forma a permitir a intensa urbanização do período, foram criadas medidas que facilitassem a difusão do progresso tecnológico. As mini desvalorizações cambiais, a política de preços mínimos, o crédito rural subsidiado e por conseguinte as exportações subsidiadas, foram medidas que proporcionaram a rápida “modernização” da agricultura.

Desta forma, a característica marcante dos anos 70 foi a relativa modernização da agricultura brasileira, na qual modificou-se (parte) da estrutura produtiva com o processo de industrialização da mesma. Esse processo de modernização teve as seguintes características: aumento do grau de mecanização e quimificação das propriedades rurais; aumento expressivo da produção de algumas culturas (soja, laranja, cana-de-açúcar, entre outras); expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste do País; maior interligação dos setores a montante (máquinas, equipamentos, fertilizantes, etc.) e a jusante (indústrias processadoras de produtos agrícolas); aumento do grau de concentração fundiária; e, crescimento da utilização da mão-de-obra temporária (GREMAUD *et al.*, 1996). Ademais, o produto de origem agrícola que passa a compor a pauta de exportações já não é mais o produto primário apenas, mas sim, produtos com diferentes níveis de processamento industrial².

Nesse cenário, os produtos destinados ao mercado externo foram os que apresentaram maior crescimento em termos de volume produzido, enquanto que a agricultura de mercado interno teve um desempenho inferior. Os aumentos de preços no mercado internacional tiveram importante papel nesse direcionamento da agricultura, uma vez que os produtos destinados ao consumo interno tinham seus preços deprimidos em função da atuação do governo na garantia de alimentos a um custo menor para a população (GOLDIN & REZENDE, 1993).

Essas dicotomias vão de encontro com a denominação “modernização conservadora” dada por MUELLER (1992) ao elenco de políticas públicas brasileiras do final da década de 60 até a de 90, haja vista o desenvol-

² A esse respeito BAER (1996, p. 325) observa que “produtos não beneficiados foram responsáveis por cerca de 84% das exportações agrícolas em meados da década de 60, taxa que caiu para 20% no início da de 90”.

vimento e adaptação das tecnologias da revolução verde direcionadas principalmente às grandes propriedades e produtos exportáveis.

Torna-se importante ressaltar que o comércio de produtos agrícolas industrializados não mais se adapta ao referencial teórico tradicional que explica o comércio de produtos agrícolas. As vantagens obtidas no mercado internacional por esses produtos são mais determinadas pelas características da concorrência oligopolística, como diversificação e diferenciação, que marcam sobremaneira esse tipo de comércio.

A partir do choque do petróleo e dos juros em 1979, ocorreram grandes mudanças na política comercial brasileira. De fato, a maioria dos países viu seu saldo da balança comercial tornar-se negativo rapidamente, sobretudo a partir da elevação dos custos de importação de energia – decorrentes do novo aumento dos preços do petróleo (SHIKIDA, 1998). Para reequilibrar as contas foram adotadas medidas de incentivo às exportações e restrição às importações. Consequentemente, ocorreu uma queda do volume de trocas internacionais, com aumento das medidas protecionistas por parte das nações e recrudescimento dos conflitos comerciais.

Quanto à política comercial brasileira esta se ajusta ao novo contexto internacional com desvalorizações sistemáticas da moeda, numa tentativa de dar maior competitividade às exportações do país. Sobre isto CARNEIRO & MODIANO (1990, p.343) ressaltam que “o ajustamento externo da economia brasileira, conduzido no período 1981-84, foi bem sucedido, no estrito senso da geração de vultosos superávits comerciais”. A tabela 1 a seguir retrata as oscilações da participação da agricultura brasileira no mercado internacional.

Tabela 1

Participação do Brasil nas importações e exportações totais mundiais e agrícolas mundiais, em US\$ bilhões e %.

Anos	Importações totais			Importações agrícolas			Exportações totais			Exportações agrícolas		
	Mundiais	Brasil	%	Mundiais	Brasil	%	Mundiais	Brasil	%	Mundiais	Brasil	%
1970	287.1	2.8	0.98	62.2	0.3	0.48	282.2	2.7	0.96	53.5	2.0	3.74
1975	801.3	13.5	1.68	137.2	0.8	0.58	796.4	13.6	1.71	122.4	8.9	7.27
1980	1855.6	25.0	1.35	254.8	2.5	0.98	1845.7	20.1	1.09	232.5	9.4	4.04
1985	1792.4	13.2	0.74	224.1	1.2	0.54	1784.5	25.6	1.43	208.5	8.8	4.22
1990	1609.6	2.7	1.29	353.0	2.4	0.58	3336.0	31.4	0.94	326.6	8.6	2.63
1991	1609.3	21.0	1.30	354.8	2.7	0.76	3451.2	31.6	0.92	239.4	7.6	3.17
1992	3874.6	20.5	0.53	383.1	2.2	0.57	3658.0	36.1	0.99	354.8	8.7	2.45
1993	3769.3	25.5	0.68	351.2	2.8	0.80	3764.2	38.7	1.03	335.8	9.5	2.83
1994	4288.8	33.2	0.77	398.1	4.1	1.03	4283.1	43.5	1.02	380.3	12.4	3.26
1995	5027.2	49.8	0.99	435.0	5.8	1.33	5011.5	46.5	0.93	417.8	13.5	3.23
1996	5628.6	53.3	0.95	456.0	6.1	1.34	5612.3	47.7	0.85	440.4	14.5	3.29

FONTE: dados compilados a partir de *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)*.

A participação do país nas importações mundiais totais não apresentou grandes alterações (desvio padrão de 0,35). No entanto, percebe-se pontos como a diminuição percentual no volume de importações de 1,68% (1975) para 1,35% (1985), que refletiu o efeito da retração ocorrida na economia, gerado mormente pela crise do petróleo e dos juros. Essa pequena oscilação também se explica pelo fato da economia do país estar relativamente fechada aos fluxos de comércio, haja vista as importações realizadas se restringirem apenas a produtos não fabricados no país e de necessidade para o processo produtivo interno.

O crescimento das importações agrícolas entre 1970 e 1980 (de 0,48% para 0,98%) deveu-se, em grande parte, à política agrícola implementada naquele período, já que havia a preocupação de se aumentar a produtividade e a produção incorporando novas técnicas de cultivo com a utilização de insumos e tecnologia importados. Outra explicação para esse aumento encontra-se no crescimento do setor exportador agrícola, às expensas da produção de alimentos destinada ao mercado interno, forçando a realização de importações com o escopo de evitar uma elevação dos preços.

Segundo os dados da tabela 1, o comércio mundial entre 1970 e 1996, passou dos US\$ 287,1 bilhões de dólares para US\$ 5,6 trilhões, sendo que o Brasil manteve a sua participação relativa em torno 0,95%. Quanto às exportações totais, a maior participação do Brasil foi em 1975 (1,71%) reflexo este da política comercial mais liberal implementada no período. Em 1985 já havia caído para 1,43%, e em 1990 para 0,94%. Após a entrada em vigor dos acordos da Rodada Uruguai³, o índice de participação brasileira no mercado internacional passou a apresentar nova tendência de queda.

Quanto às exportações agrícolas, em 1975, elas atingiram seu ápice (participação de 7,27%) após o início do processo de industrialização. Isso pode ser creditado aos altos preços no mercado internacional dos produtos ligados ao padrão americano de produção, sendo a soja o seu maior exemplo no Brasil. A partir de 1975, a participação da agricultura na pauta de exportações apresentou oscilações entre queda e recuperação (desvio padrão de 1,32). Contudo, em termos de balança comercial, o saldo agrícola é extremamente positivo *vis-à-vis* ao setor industrial. De um saldo de 113,5 bilhões entre 1970 e 1996, a agricultura foi responsável por US\$ 100,9 bilhões. A título de ilustração da importância das exportações agrícolas, podem ser destacados os anos de 1975, 1987 e 1994, onde o setor foi responsável por 99,8%, 63,9% e 79,6%, respectivamente, do saldo positivo da balança comercial (Tabela 2).

³ Maiores considerações sobre a Rodada do Uruguai e aspectos institucionais do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), ver: ANANIA (1995), JANK (1994), LOPES (1995), PONT-VIEIRA (1994) E RÉGO (1996).

Tabela 2
Participação da agricultura na Balança Comercial
- Brasil (bilhões de dólares e %).

ANO	Exportações			Importações			Saldo		
	Total	Agrícola	%	Total	Agrícola	%	Total	Agrícola	%
1970	2.7	2.0	74.1	2.8	0.3	10.7	(0.1)	1.7	—
1975	13.6	8.9	65.4	13.5	0.8	5.9	0.1	8.1	99.8
1980	20.1	9.4	46.7	25.0	2.5	10.0	(4.9)	6.9	—
1985	25.6	8.8	34.4	13.1	1.1	11.00	12.4	7.6	61.2
1986	22.3	7.1	32.1	14.0	2.3	5.97	8.3	4.8	57.8
1987	26.2	8.5	32.8	15.0	1.3	10.88	11.1	7.1	63.9
1988	33.7	10.0	29.6	14.6	0.9	15.39	19.1	9.0	47.1
1989	34.3	9.5	27.6	18.2	1.9	9.16	16.1	7.5	46.6
1990	31.4	8.5	26.7	20.6	2.3	8.70	10.7	6.2	57.9
1991	31.6	7.5	23.8	21.0	2.7	7.70	10.5	4.8	45.7
1992	36.1	8.6	24.0	20.5	2.2	9.24	15.5	6.4	41.3
1993	38.7	9.4	24.4	25.4	2.8	9.00	13.2	6.6	50.0
1994	43.5	12.3	28.4	33.1	4.0	8.09	10.3	8.2	79.6
1995	46.5	13.5	29.0	49.8	5.8	8.52	(3.3)	7.6	—
1996	47.7	14.5	30.4	53.2	6.1	8.72	(5.5)	8.4	—

FONTE: Banco Central do Brasil (BACEN), vários volumes.

Neste cenário, pode-se aferir que houve uma mudança na estrutura das exportações brasileiras a partir da década de 70, com as exportações agrícolas diminuindo sua participação percentual no total das exportações. Essa diminuição não significa, contudo, que este setor tenha perdido competitividade ou produção; o que ocorreu foi um aumento substancial nas exportações de produtos industrializados.

A partir de 1980, a economia brasileira entra em período descendente. Dívida externa, inflação, déficit na balança de pagamentos foram alguns ingredientes do período (CARNEIRO & MODIANO, 1990). No contexto internacional os fatos não foram muito diferentes, pois os preços dos produtos agrícolas se mantiveram em baixa por toda a década, em consequência do excesso de oferta no mercado internacional.

Durante a década de 80, a agricultura foi o maior responsável por saldos positivos nas exportações. O setor manteve um patamar em torno dos 4% das exportações mundiais (vide Tabela 1), tendo diminuído esse percentual apenas no final da década. Para GREMAUD *et al.* (1996, p.250), “se não fosse o desempenho do setor agrícola, certamente a crise brasileira da década de 80 seria mais acentuada. (...) A agropecuária cresceu mais de 30% desde 1980, enquanto o crescimento total da produção brasileira foi de pouco mais de 20% (...)”.

Não obstante, o fato de as exportações agrícolas brasileiras não terem aumentado durante o período, mesmo com o incentivo da política co-

mercial, deveu-se às condições adversas de relações de troca e nível de demanda externa.

A rápida abertura comercial ocorrida a partir do final da década de 80, representada pela diminuição do volume de tarifas de 55% em 1987 para 14% em 1995, a intensa desregulamentação do Estado (diminuindo seu poder de intervenção), e ainda, a entrada do país no Mercosul, formam um novo contexto de inserção da agricultura⁴.

De início, havia o receio de que essa abertura exporia o setor a concorrentes que recebiam subsídios em seus países de origem, sendo portanto muito mais competitivos, e causando problemas à agricultura nacional. Isso não aconteceu, tendo-se em vista saldos positivos da balança comercial agrícola.

Com a entrada em vigor de decisões da Rodada Uruguai, a partir de 1994 passa a ocorrer uma tendência ainda maior de queda do volume de exportações totais, mas o mesmo não aconteceu com os exportações agrícolas que aumentaram sua participação no total das exportações de 23,8% em 1991 para 30,4% em 1996 (vide Tabela 2).

No tocante à participação brasileira no comércio internacional, esta sempre foi considerada pequena, o que vem a confirmar as afirmações de que no Brasil, apesar de uma insistente busca de superávits comerciais, não houve uma política de expansão do comércio exterior enquanto estratégia de desenvolvimento econômico. O comércio mundial, no período de 1970 a 1996, cresceu mais de 50 vezes, por outro lado o comércio brasileiro cresceu apenas 20 vezes, sendo que a participação relativa do Brasil permaneceu em torno de 1%. Somente a partir de 1994 é que as importações agrícolas brasileiras ultrapassaram esse valor, isto num contexto de novas regras da Organização Mundial do Comércio - OMC, o que possibilitou novo rearranjo no comércio internacional.

⁴ Vale destacar, segundo SAYAD & SILBER (1998), que a prática expansão do comércio mundial foi devido, em boa parte, ao crescimento da renda mundial e liberalização comercial negociada via GATT. Isto, no entanto, não significa que não existe protecionismo no mundo. Sabe-se que muitos países ainda adotam medidas de proteção às suas atividades produtivas.

Outrossim, sobretudo a partir de 1970, houve uma rápida transformação do mercado financeiro internacional. fruto da desregulamentação das transações financeiras e surgimento e difusão de novas tecnologias de informação. A entrada e saída de recursos foi se tornando trivial, a ponto do volume de transações cambiais mundiais estar atualmente situada em torno de US\$ 1,5 trilhão por dia. Neste contexto, as taxas de câmbio caminham para um regime de taxa de câmbio flutuante, de modo a se situarem segundo conjunturas cada vez mais dinâmicas. Outra mudança importante vem ocorrendo no âmbito da participação das multinacionais na produção e no comércio mundial. Há estimativas que apontam um terço da produção mundial controlada pelas multinacionais. A internacionalização do comércio, das finanças e da produção é o fenômeno atualmente conhecido como globalização. Esta contextualização é importante para os países subdesenvolvidos, e aí se inclui o Brasil, haja vista a atração de parcelas do investimento e produção mundiais para seu mercado.

A política comercial brasileira, implementada até o final da década de 80, que buscava *superávits* em momentos de crise para depois se fechar aos fluxos comerciais em nome da proteção à indústria (que se estruturava no país), gerou efeitos muito mais negativos que a própria abertura comercial que expôs o setor a concorrentes nem sempre tão "leais". Isto fica demonstrado na análise da balança comercial agrícola que cresceu no período onde a regulamentação do Estado sobre o setor diminuiu. Inclusive os momentos negativos, vividos pelo setor após a abertura, ocorreram em função de o próprio governo não ter implementadas novas medidas setoriais.

Os preços internacionais de produtos agrícolas na década de 90, ao contrário do que ocorreu na década anterior, apresentam uma grande elevação. Segundo AGROANALYSIS (1996), os preços internacionais em 1995 atingiram valores muito parecidos com os do início da década de 80. Entretanto, a agricultura brasileira somente passou a receber os efeitos dessa alta a partir de 1997, como consequência das supersafras colhidas em 1995 e 1996.

Com efeito, houve um crescimento no saldo comercial de US\$ 6,2 bilhões para US\$ 8,4 bilhões, ou seja, um aumento de 40% entre 1990 e 1996. Houve também, no período avaliado, um grande aumento das importações agrícolas (primárias), de cerca de 180%, embora a participação percentual nas importações totais do país continuasse ao redor de 12%, valor já tradicional da participação da agricultura no total das importações.

Avaliando-se a questão das importações em termos relativos, pode-se perceber o crescimento de importância das mesmas. Enquanto entre 1990 e 1992, o valor das importações agrícolas correspondia a 28% das exportações, em 1996 já eram responsáveis por 46% desse valor, ou seja, houve um crescimento muito elevado do volume importado e que pode futuramente, *ceteris paribus*, vir a comprometer o saldo da balança comercial.

Quanto às exportações, o total passou de US\$ 8,5 bilhões em 1990 para US\$ 14,5 bilhões, em 1996. O saldo foi aumentado em US\$ 2,2 bilhões e a participação relativa da agricultura, no total das exportações, também se manteve nos mesmos patamares - em torno de 30,4%.

A parte seguinte deste trabalho enfocará importantes aspectos da balança comercial agrícola do Brasil por categorias de produtos.

2. Balança Comercial Agrícola do Brasil por Categorias de Produtos

Quanto às categorias de produtos agrícolas, constata-se que o aumento maior no volume de exportações foi o dos produtos semi-manufaturados, cujo valor exportado passou de US\$ 846 milhões para US\$ 2,7 bilhões - crescimento médio de 32,2% (Tabela 3). O crescimento do saldo foi de 238%, enquanto que o crescimento do saldo dos produtos básicos foi de 27% e 3% nos produtos manufaturados. No entanto, os produtos básicos ainda são responsáveis por 56% do saldo das exportações agrícolas brasileiras, chegando a 64% em 1990, enquanto que os produtos manufaturados subiram de 20% para 33,1% e os semi-manufaturados mantiveram-se em 12%.

A primeira alusão importante que se depreende desta discussão é de que está havendo uma tendência ao aumento nas importações de produtos com maior valor agregado. Isto se explicaria, segundo COELHO (1997), pelo fato de a agroindústria ter aumentado a demanda de matérias-primas no exterior. Também explica parte desse aumento o fato de alguns produtos não conseguirem suprir a demanda interna que cresceu, principalmente, devido a estabilidade econômica do país.

Analisando mais detidamente cada categoria de produtos agrícolas exportados e mais especificamente as exportações de produtos básicos, constata-se que estes representam 56% do valor exportado. Entre 1990 e 1996 ocorreu um crescimento de 27% na exportações destes produtos, o que equivale a US\$ 1,03 bilhões. Cerca de 86% do valor das exportações de produtos básicos em 1990, e 82% em 1996 foram compostas por cinco produtos: soja em grão e farelo, café, fumo e carne de aves. Em 1990, esses itens responderam por 16% do total das exportações agrícolas e em 1996 respondiam por 18%.

Somente em 1995 este grupo não apresentou tendência de crescimento. Isto se deveu basicamente ao incremento na renda da população brasileira, proporcionado pela estabilidade inflacionária provocada pelo Plano Real. Nesse ano, a quantidade exportada diminuiu 11,4% e as importações aumentaram 21,2%. Além disso, o valor das exportações foi afetado pela diminuição dos preços das *commodities*.

Tabela 3
 Balança comercial agrícola Brasileira por categoria de produtos
 (valores em US\$ 1.000) 1990/1996

Anos	Básicos		Saldo
	Importação	Exportação	
1990	1.666.737	5.455.439	3.788.702
1991	1.969.353	4.545.686	2.576.333
1992	1.445.767	6.141.304	4.695.537
1993	2.499.628	4.321.590	4.321.590
1994	2.772.739	8.379.523	5.606.784
1995	3.360.572	7.521.027	4.160.455
1996	3.731.519	8.548.286	4.816.767
	Semi-manufaturados		
1990	279.657	846.382	566.725
1991	369.199	754.168	384.969
1992	392.668	1.032.440	639.772
1993	439.629	1.399.865	960.236
1994	554.631	2.318.699	1.764.068
1995	747.800	3.016.224	2.268.424
1996	832.014	2.749.313	1.917.299
	Manufaturados		
1990	492.218	2.242.079	1.749.861
1991	459.234	1.775.413	1.316.179
1992	606.417	2.652.147	2.045.730
1993	857.005	2.562.603	1.705.598
1994	1.731.985	3.107.523	11.375.538
1995	2.341.853	4.240.689	1.898.836
1996	2.261.781	4.065.565	1.803.784
	Total		
1990	2.438.612	8.543.900	6.105.288
1991	2.797.786	7.075.267	4.277.481
1992	2.444.852	9.825.891	7.381.039
1993	3.796.262	10.783.686	6.987.424
1994	5.059.355	13.805.745	8.746.390
1995	6.450.225	14.777.940	8.327.715
1996	6.803.784	15.363.164	8.537.850

FONTE: Extraída de SANTO E SEVERO (1997).

Houve também um crescimento de 124% nas importações de produtos *in natura* e os principais produtos importados foram o trigo e o algodão. Estes dois produtos custaram, ao país em 1990, US\$ 295 milhões e US\$ 156 milhões, e em 1996 responderam por US\$ 877 milhões e US\$ 858 milhões, respectivamente (SANTO & SEVERO, 1997). Este crescimento também é explicado pela estabilidade econômica do país através de um aumento da demanda interna maior que o crescimento da produção.

No tocante aos produtos semi-manufaturados, como já demonstrado, ocorreu durante o período avaliado um grande crescimento no saldo comercial, atingindo a 238%, e somando mais US\$1,3 bilhões à balança comercial brasileira. Entre 1990 e 1996, o saldo das exportações aumentou de US\$ 566 milhões para US\$ 1,9 bilhão, com um crescimento em média de 22% ao ano e de 225% no período. Os três maiores responsáveis por esse aumento são o açúcar cristal, o óleo de soja e couros, que apresentaram um crescimento em torno de 80% do total das exportações.

Com relação às importações, também houve grandes saltos de crescimento de 20% ao ano (em média), o que pode representar problemas no futuro em termos de saldos da balança comercial agrícola. O produto que tem-se destacado na importações é o malte, que representou em 1996, 39% do total do grupo, num valor de US\$ 286 milhões. Segundo SANTO & SEVERO (1997, p.15), esse grande aumento se explica pela expansão no consumo de cerveja, e a “dificuldade de aumento da produção interna de cevada cervejeira, num mercado oligopsônico, reforçado pelas extraordinárias vantagens financeiras no financiamento externo para a importação”. O segundo produto na pauta de importações é o couro. Entretanto, a participação deste produto vem caindo progressivamente, em parte pela modernização da pecuária de corte brasileira.

Um aumento dessa magnitude nas importações desses produtos demonstra mais uma vez a transformação na base produtiva da agricultura brasileira. Os produtos agrícolas exportados passam agora por um setor industrial, cujas relações e forma de comércio já não são mais explicados apenas pelas vantagens comparativas iniciais de cada país, e sim, por parâmetros microeconômicos e institucionais. As vantagens neste setor são “construídas” através de processos como a inovação tecnológica ou diferenciação.

Os produtos agrícolas manufaturados não apresentaram um crescimento expressivo em seu saldo, com um crescimento médio anual de 0,96%. As exportações quase que dobraram no período, crescendo 91%, mas as importações cresceram 423%. Dessa forma foram acrescentados apenas US\$ 54 milhões ao saldo desse grupo. Os produtos mais importados foram o álcool etílico e o leite em pó.

Os maiores fornecedores de álcool etílico do país são a África do Sul, depois Estados Unidos e a Finlândia. É interessante a constatação de que o Brasil, principal formador dos preços desse produto no mercado internacional, às vezes importa o produto. A explicação está no fato de o preço internacional do açúcar estar reagindo no mercado internacional. Logo, os produtores têm dirigido sua produção para este mercado (BURNQUIST, 1998).

Com relação ao leite em pó, as importações desse produto representavam em 1990 cerca de 2,7% do consumo nacional, já em 1996 passaram a representar 8,5%, ocorrendo oscilações no período avaliado. Segundo SANTO & SEVERO (1997), esse volume deve diminuir nos próximos anos devido ao aumento na oferta interna, em consequência do rápido processo de modernização que vem ocorrendo no setor e também com a diminuição das vantagens financeiras nas importações, provocadas pela maior vigilância em termos de defesa comercial.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo analisar, à guisa de uma estatística descritiva e de uma revisão de literatura, alguns pontos relevantes da política comercial brasileira e da inserção da agricultura no mercado internacional.

Como resultado, houve durante a década de 90 um crescimento positivo no saldo da balança comercial agrícola brasileira, reflexo principalmente da abertura comercial que ocorreu no período. Neste aspecto é importante destacar que esta maior abertura da política comercial brasileira é fruto de um processo de liberalização que está ocorrendo em nível mundial, do qual a Rodada Uruguai é um exemplo. Se nas décadas de 70 e 80, a política comercial brasileira apresentou obstáculos aos fluxos de comércio internacional, o mesmo acontecia com a maioria dos países, principalmente os desenvolvidos. O que diferenciava basicamente as políticas comerciais era o grau de proteção aos setores internos, muito maior nos países mais desenvolvidos, o que se tornava em mais um empecilho para a inserção da agricultura brasileira no mercado internacional.

Outrossim, as vantagens obtidas no mercado internacional dos produtos agrícolas industrializados são mormente determinadas pelas características da concorrência oligopolística, como diversificação e diferenciação, e por recentes arranjos institucionais (novos blocos econômicos). O comércio de produtos agrícolas industrializados não mais se adapta ao referencial teórico tradicional que explica o comércio de produtos agrícolas.

Outra conclusão importante, relacionada ao fato de o país estar exportando cada vez mais produtos semi-manufaturados, diz respeito ao aumento das exportações agrícolas brasileiras que têm passado pela modernização do parque industrial brasileiro. Destarte, o aumento da competitividade do setor agrícola passa pelo aumento da competitividade do setor industrial do país. Também se destaca a questão das importações agrícolas estarem aumentando em ritmo acelerado, o que denota uma preocupação para o futuro da agricultura brasileira.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Marcelo P. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 445p.
- ABREU, M. P. & LOYO, E. H. M. M. A estrutura do comércio agrícola mundial: fundamentos dos interesses liberais e protecionistas. In: FAGUNDES M.H. (Org.) **Políticas agrícolas e o comércio mundial**, Brasília. IPEA, 1994. (Estudos de Política Agrícola, 28).
- ANANIA, Giovanni. O acordo GATT sobre a agricultura e os países desenvolvidos: o que mudou. In: Questões agroalimentares e Experiências de integração regional e sub-regional depois da Rodada Uruguai do GATT. União Européia, Mercosul e Nafta: Confronto de Experiências. **Anais...** Rio de Janeiro, 1995.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel. 1996. 416p.
- BRAUN, Mirian B. S. **Política comercial e a inserção da agricultura no mercado internacional**. Dissertação de Mestrado, defendida na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Abril de 1998.
- BURNQUIST, H. L. Avanços e retrocessos de um passado recente na agroindústria canavieira. **Preços Agrícolas**. Piracicaba. ano XII, n.141, p.10-12, jul. 1998.
- CARNEIRO, Dionísio D.; MODIANO, Eduardo M. Ajuste externo e desequilíbrio interno 1980-1984. In: ABREU, Marcelo P. **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana**. Rio de Janeiro: Campus. 1990. P.323-346.
- CARTA VERDE (editorial) **AGROANALYSIS**. Revista de Política Agrícola da Fundação Getúlio Vargas. v.16, nº 4. 15/04/96. p.7
- CARVALHO, Maria A. Taxa de câmbio e receita das exportações agrícolas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33, Curitiba, **Anais...**, Brasília, SOBER, 1995.
- COELHO, Carlos N. As exportações agrícolas numa estratégia de comércio exterior. **Revista de Política Agrícola**. MA/CONAB, anoVI, Nº 03. Jul/set- 1997.
- FRIEDMANN, Harriet. **The political economy of food: the rise and fall of the postwar international food order**. The University of Chicago. 1982. p.249-286.
- GOLDIN, Ian & REZENDE, Gervásio C. **A agricultura brasileira nos anos 80: crescimento numa economia em crise**. Rio de Janeiro, IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Série IPEA. 138. 1993. 119 p.
- GREMAUD, Amaury P.; VASCONCELLOS, Marco A. S. de; TONETO JÚNIOR, Rudinei **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas. 1996. 293p.

HAHN, Leda M. D. A reforma tarifária de 1990: proteção nominal, proteção efetiva e impactos fiscais. **Estudos Funcex**. Jan/fev/mar. Rio de Janeiro. 1992, p. 35-41.

_____ (coord). A liberalização comercial e o Mercosul. In: **A agropecuária Paulista, a liberalização comercial e o Mercosul**. Relatório Final. Agosto/1993. 45p.

HOWARTH, Richard. The origins of agricultural support. **Economics Affairs**. Londres, 8(6):9-14, Ago-set/1988.

JANK, Marcos S. **O acordo agrícola do GATT: os subsídios internacionais, o acesso aos mercados e a competitividade do agribusiness brasileiro**. Programa de Estudos dos Negócios do sistema agroindustrial. PENSA-FIA-USP.1994, p.27.

LOPES, Mauro R. Restrições às trocas internacionais mais livres e desgravadas no Processo de Integração Latino Americana: o papel das dificuldades criadas pelo acordo do GATT em agricultura. In: **Seminário sobre questões agroalimentares e experiências de integração regional e Sub-regional depois da Rodada Uruguai do GATT: União Européia, Mercosul, Nafta: confronto de experiências**. (org.) CPDA/REDCAPA/FAO. Rio de Janeiro. 15/17 de maio de 1995.

MUELLER, Charles C. Agriculture, urban bias development and the environment: the case of Brazil. Trabalho apresentado na conferência **Resources and environmental management in na interdependent world**. San José, Costa Rica, jan. 1992. Mimeo.

PONT-VIEIRA, Mª del Carmen. O sistema GATT e sua importância para o comércio internacional agrícola. IN: FAGUNDES, M. H. (org). **Políticas agrícolas e o comércio mundial**. Brasília: IPEA, 1994. Estudos de Política agrícola, 28. p.265-303.

RÊGO, Elba C. L. **Do GATT à OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio**. Rio de Janeiro BNDS (texto para discussão N°51).1996. 22 p.

SANTO, Benedito R. do E.& SEVERO, José R. Abertura externa e o saldo da balança comercial agrícola. **Revista Preços Agrícolas**, 129. Piracicaba. p. 10-23, julho/1997.

SAYAD, João; SILBER, Simão Davi Globalização, regionalização do comércio internacional e os países em desenvolvimento. In: PINHO, D. B. & VASCONCELLOS, M. A. S. de (org). **Manual de Economia**, 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p.479-482.

SHIKIDA, Pery F. A. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975 a 1995**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1998. 149p.